

## Prefácio

É com imensa honra que a Escola Paulista da Magistratura apresenta a obra coletiva *Direito Público Contemporâneo*.

A coletânea é coordenada pelo desembargador Antonio Carlos Villen e pelo juiz Alexandre de Mello Guerra, colaboradores assíduos da Escola, que têm contribuído efetivamente para a melhor compreensão e aplicação das inovações legislativas, organizando com muito brilho cursos, ciclos de palestras e núcleos de estudos, com destaque para o ciclo sobre as alterações na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) e para os núcleos de estudos sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos e sobre a nova Lei de Improbidade Administrativa.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos nesses encontros e reúne artigos de um seleto grupo de magistrados e professores que se debruçaram sobre os mais diversos temas que envolvem as novas legislações.

A primeira parte é dedicada à análise da LINDB e às alterações promovidas no Direito Público com a edição da Lei nº 13.655/18, trazendo reflexões sobre segurança jurídica, paradigmas para interpretação e aplicação do Direito Administrativo, impactos do princípio da boa-fé nos contratos e decisões administrativas, reflexos na punição por atos de improbidade administrativa lesivos ao erário, responsabilização do agente público e motivação nas decisões em Direito Público, entre outros temas.

Na sequência são aprofundadas questões relacionadas às alterações promovidas pela nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, entre elas o direito intertemporal, os impactos e convergências da LINDB e da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, as novas modalidades de licitação, a inexigibilidade/dispensa de licitação, o uso dos meios alternativos de solução de controvérsias, a responsabilidade solidária do contratante e agente público, a execução, alteração e extinção dos contratos e os instrumentos legais de prevenção à corrupção.

A terceira e última parte apresenta estudos sobre as principais alterações da nova Lei de Improbidade Administrativa, focando em aspectos como a convergência com a LINDB, a aplicação do Direito Administrativo Sancionador, os impactos da nova lei na jurisprudência das cortes superiores, o elemento subjetivo e a tipicidade da improbidade administrativa, o regime de prescrição, os tipos e sanções na nova lei, as alterações processuais/procedimentais, a produção de provas e a

conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública, entre outras questões.

Em suma, esta é uma publicação que alia o amplo conhecimento teórico de seus autores com a prática do Direito, mostrando-se de extrema utilidade para que possamos compreender melhor as modificações legislativas e aplicar com mais segurança as novas leis no dia a dia. É um motivo de orgulho para todos nós, ao trazermos a público uma obra alinhada com os objetivos da Escola Paulista da Magistratura, de contribuir para a formação continuada dos magistrados e para o aprimoramento da comunidade jurídica.

**Des. José Maria Câmara Junior**  
Diretor da Escola Paulista da Magistratura